

## AValiação da Política de Arranjos Produtivos Locais Sob o Olhar dos Integrantes das Associações do APL de Turismo Mares e Lagoas do Sul e do APL de Piscicultura/AL

Niedja Figueiredo Dantas  
Professora na Universidade de Pernambuco

**RESUMO** – Esta pesquisa avaliou a Política de Arranjos Produtivos Locais no estado de Alagoas, na visão dos integrantes das Associações Comunitárias dos APLs de Turismo Lagoas e Mares do Sul/AL e de Piscicultura do Delta do São Francisco/AL, através de entrevistas de campo. Os resultados apontaram na seguinte direção: os atores afirmaram que esta política está baseada em editais, e na força do grupo, e ela veio para beneficiar os que trabalham por conta própria. Contudo, a implantação de programas aconteceu de forma autoritária, sem consultar a comunidade. Afirmaram que a política de APL contribui para a geração de renda na comunidade.

**Palavras Chave:** Políticas Públicas – Participação Social – Política de Arranjos Produtivos Locais

## LOCAL PRODUCTIVE ARRANGEMENT POLICY EVALUATION UNDER THE VIEW OF THE MEMBERS ASSOCIATIONS OF THE APL TOURISM MARES AND LAGOAS DO SUL AND APL PISCICULTURA/AL

**ABSTRACT** – This research evaluated the Policy of Local Productive Arrangements in the State of Alagoas in the view of the members of the Community Associations of the APLs of Lagoas and Mares do Sul / AL and Fisheries of the Delta of the São Francisco / AL, through field interviews. The results pointed in the following direction: the actors affirmed that this policy is based on edicts, and on the strength of the group, and it came to benefit the self-employed. However, the implementation of programs happened in an authoritarian way, without consulting the community. They affirmed that the APL policy contributes to the generation of income in the community

**Keywords:** Public Policies - Social Participation - Local Productive Arrangements Policy

### INTRODUÇÃO

O presente trabalho investigou e analisou os discursos dos atores que integram as Associações Comunitárias nos APLs de Piscicultura no Delta do São Francisco e no APL de Turismo Lagoa e Mares do Sul, em cinco (5) municípios do Estado de Alagoas (Marechal Deodoro, Penedo, Delmiro Gouveia, Piranhas e Traipú). Buscou-se identificar e analisar, a partir da relação e concepção que os sujeitos têm da participação social na construção da política de APL, os aspectos da identidade social do grupo em questão.

A seção 1, apresenta-se um histórico dos Arranjos Produtivos Locais como Política de Desenvolvimento. A seção 2, contempla-se a análise das políticas públicas e a contribuição dos atores sociais na sua construção. Aprofunda a discussão que a participação de atores no planejamento é permeada pelas relações políticas e sociais do país, determinadas historicamente pela estrutura socioeconômica e pela superestrutura político ideológica.

A seção 3, apresenta-se um panorama social da realidade em que vivem os integrantes das Associações pesquisadas, a partir da análise dos Arranjos Produtivos Locais de Piscicultura no Delta do São Francisco (Penedo, Delmiro Gouveia, Piranhas e Traipú) e APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul (Marechal Deodoro).

Na seção 4, aprofundamos a análise dos discursos dos integrantes das Associações Comunitárias investigadas, acerca da participação dos atores na Política de Arranjo Produtivo Local, a partir das seguintes dimensões: a) Visão dos associados a respeito da Política de APL; b) Dimensão participativa da Política de APL; c) Dimensão de geração de renda; d) Dimensão do papel do líder da Associação; e) Dimensão da construção coletiva da Política de Arranjos Produtivos Locais.

## **SEÇÃO 1: HISTÓRICO DOS ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS COMO POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO BRASIL E NO ESTADO DE ALAGOAS**

Conceitualmente, os Arranjos Produtivos são aglomerações de empresas localizadas em um mesmo território, que apresentam especialização produtiva e mantêm algum vínculo de articulação, interação, cooperação e aprendizagem entre si e com outros atores locais tais como governo, associações empresariais e instituições de crédito. (URANI; CROCCO; GALVÃO, 2009, p. 17)

Ao se considerar o Desenvolvimento Regional no Brasil, na primeira década do século XXI, percebe-se que o governo escolheu como estratégia de desenvolvimento regional a ênfase nas cadeias produtivas. A configuração técnica dos atores envolvidos na cadeia dá-se preferencialmente por argumentos relacionados à complementaridade produtiva e, em alguns casos, ao espírito de cooperação.

Tendo à frente as ações Ministério da Indústria e Comércio (MIC), os Arranjos Produtivos Locais tornaram-se objeto prioritário das políticas de desenvolvimento econômico e social do país no Governo Lula da Silva, em 2004. O MIC promoveu um mapeamento das vocações, potencialidades e dificuldades de um grande número de municípios do Brasil e escolheu 10 Arranjos Produtivos por Estado, em municípios pré-selecionados. O Plano Plurianual de Ações 2004-2007 conceitua os Arranjos Produtivos como estratégia de desenvolvimento e um número importante de ministérios e agentes públicos vêm implantando programas e ações aplicadas em diversos arranjos localizados em todo o território nacional. (MIC, 2009).

O Estado de Alagoas assumiu e adotou esta política em 30 de agosto de 2004, a partir da assinatura do Decreto no. 2.077, que Instituiu o Programa de Mobilização para o

Desenvolvimento dos Arranjos Produtivos Locais do Estado de Alagoas, PAPT/AL. A governança do programa ficou a cargo da parceria SEPLAN-AL/SEBRAE-AL. Esta coordenação atua como uma “incubadora” de APLs, emprestando apoio ao arranjo até este atingir autossuficiência em termos de governança.

É importante observar que um Arranjo Produtivo Local se estrutura de forma independente do estado e que o mesmo passa a ser apenas um parceiro no processo, fornecendo condições para o desenvolvimento do empreendedorismo. O pressuposto norteador dos APLs é a participação de toda a rede de atores que os integram, com visão crítica e atuante. Não se pode resumir à presença em assembleias e fóruns e a aprovação ou não de determinados projetos, mas em efetivamente atuar na construção do arranjo produtivo.

LAGES e LUSTOSA (2008, p. 91), ao estudarem a articulação dos pequenos e médios empresários que integram o Arranjo Produtivo da Cadeia Produtiva de Piscicultura em Alagoas, concluíram que muitos destes APLs ainda são extremamente incipientes no que se refere à governança democrática, à cultura coletiva e à participação na construção e implantação das ações.

Algumas questões suscitam a nossa reflexão. Na nova visão de Estado Neoliberal, de caráter descentralizado, como a população se insere como novo ator social, que demanda maior articulação e capacidade política? Como a participação efetiva dos atores é percebida pelos mesmos, os integrantes das Associações Comunitárias dos Arranjos Produtivos de Piscicultura e de Turismo Lagoas e Mares do Sul?

## **POLÍTICAS PÚBLICAS**

O desenvolvimento dos APLs de uma região pressupõe a participação coletiva de vários atores, considerando a iniciativa privada, associações, bancos, universidades, incubadoras tecnológicas e governo (federal, estadual e municipal). A solução dos problemas de subdesenvolvimento da região, com base nos APLs, só será atingida se o governo e a iniciativa privada trabalharem através de parcerias, levando-se em consideração suas áreas de interesse comum e a gestão de recursos, delimitando as responsabilidades de cada um desses grupos de atores. Parcerias que tenham como base a simples cooperação em relação a problemas individuais e que não sejam suficientemente amplas para aglutinar maior força coletiva, poderão enfrentar de forma satisfatória problemas pontuais, mas não tem suficiente escopo para resolver os problemas socioeconômicos e ambientais de toda uma região. (ARAÚJO, 2006:08)

A participação pode desempenhar também uma função educacional para as comunidades locais, porque a rede de atores integrantes do APL que representam pode ter a oportunidade de ampliar a compreensão deles sobre a atividade de planejamento e sobre os territórios produtivos. Dessa forma, eles podem perceber melhor como as suas comunidades poderão atuar pelo desenvolvimento a curto, médio e quiçá em longo prazo.

O Modelo de Gestão compartilhada pressupõe o empoderamento da população local, através da participação crítica e atuante e não meramente na participação em assembleias e aprovação ou não de determinados projetos. Um processo de empoderamento pressupõe a intervenção dos grupos de participantes dos APLs nos problemas e nos desequilíbrios, reforça e aumenta o poder destes grupos relativamente aos que se beneficiam do acesso e uso do poder formal e informal. O empoderamento significa superação das velhas estruturas de poder, que passam a ser questionadas, criticadas e até contestadas por aqueles que gradativamente se identificam como agentes atuantes, que contestam as relações atuais em que se inserem e demandam as mudanças. Essa tentativa de descentralização do poder não é um processo fácil para um país que não tem uma longa tradição democrática.

O processo de descentralização e a promoção de canais de ação direta do governo junto à população é uma tarefa complexa da construção da democracia e requer mudanças na concepção de gestão pública, não só dos agentes governamentais, na forma de se relacionar com o cidadão em geral, mas do próprio cidadão que vem de uma tradição de imposição das ações do Estado e do seu não reconhecimento como agente atuante na política.

A Política de Arranjos Produtivos Locais é afetada diretamente pelos valores e ideologias dos planejadores e de quaisquer outros atores sociais envolvidos, pois o domínio do planejamento e da construção da política de APL é afetado pelas necessidades, demandas e valores de um grande número de atores.

Entretanto, apesar da importância da política para a discussão de abordagens participativas de planejamento, há ainda pouca pesquisa sobre as implicações políticas da participação dos atores ou sobre as relações de poder que permeiam os processos de planejamento dessa importante atividade socioeconômica. Dessa forma, deve-se examinar com mais profundidade se as organizações responsáveis pelo planejamento oficial envolvem e prestam contas das suas decisões mais aos grupos que são politicamente mais fortes do que aos grupos que detêm menos poder, a exemplo das comunidades locais e organizações não governamentais.

Nesse contexto, argumenta-se que interesses diferentes, com grupos de valores diferenciados, competem entre si para influenciar ou controlar a elaboração e a implantação da Política de Arranjos Produtivos Locais. O nível de sucesso destes grupos é relativo ao poder que eles exercem dentro da arena da política de desenvolvimento nacional ou estadual.

A ação do Estado, implementada pelos governos que conduzem as suas instâncias e organizações, se expressa pelas políticas públicas, que lhes permitem realizar intervenções sobre as dinâmicas econômicas e sociais, seus atores e instituições.

Em função do projeto coletivo que o governo representa, ele mobiliza os instrumentos necessários e articula os segmentos sociais comprometidos com a sua execução para obter os resultados socioeconômicos planejados. Esse processo não é livre de disputas, visto que a sociedade é integrada por diferentes segmentos que possuem os mais variados interesses e reivindicações, que são processados na esfera política.

Um aspecto importante a ser considerado na elaboração de políticas públicas é a participação da sociedade. Atualmente, há uma reinterpretação do significado do “público”, pois passou a implicar a participação de outros atores, além do governo, na elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas.

As disputas ou as diferenças de opiniões entre os atores sociais envolvidos faz parte do processo de implementação e gestão de políticas destinadas aos APLs, se tem um caráter mais democrático ou se são ações estabelecidas pelos poderes públicos, de cima para baixo, e divide opiniões.

Ao se refletir sobre o processo histórico da formação do próprio Brasil, pode-se perceber que fatores como o longo período de ditadura pode afetar a questão da participação da população na construção coletiva das políticas públicas.

O desenvolvimento dos APLs tem relação com a economia regional que o envolve, com o tamanho e o grau de diversificação dessa economia. Uma região com pouca diversificação econômica e elevada concentração em poucos produtos dificulta um melhor desenvolvimento dos APLs. Um dos fatores cruciais para o sucesso destes empreendimentos é a participação, a ação coletiva, como condição de superação das dificuldades individuais.

### **SEÇÃO 3: REALIDADE EM QUE VIVEM OS INTEGRANTES DAS ASSOCIAÇÕES PESQUISADAS**

Inicialmente a seção 3.1 se propõe a apresentar a realidade dos APL de Piscicultura no Delta de São Francisco, a partir do olhar dos integrantes das associações dos piscicultores, nos Municípios de Penedo, Delmiro Gouveia, Piranhas e Traipú. E a seção 3.2 mostra a visão dos integrantes das associações comunitárias de artesanato integrantes do APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul, no Município de Marechal Deodoro.

#### **INTEGRANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE PISCICULTURA – PENEDO, DELMIRO GOUVEIA, PIRANHAS, TRAIPIÚ – APL DE PISCICULTURA**

A piscicultura em seu processo produtivo trabalha da reprodução ao mercado, desenvolvendo técnicas modernas no cultivo em cativeiro, nutrição, engorda, beneficiamento e comercialização do pescado produzido. Em Alagoas, nas Associações pesquisadas, o cultivo era essencialmente de Tilápia.

O APL de Piscicultura no Delta do São Francisco envolve 15 municípios do Baixo São Francisco Alagoano nas regiões da Zona da Mata, Agreste e Alto Sertão de Alagoas: Delmiro Gouveia, Olho D'Água do Casado, Pão de Açúcar, Piranhas, Traipú, Belo Montes, São Brás, Porto Real do Colégio, Igreja Nova, São Sebastião, Penedo, Piaçabuçu, Feliz Deserto, Coruripe e Jequiá da Praia.

A piscicultura no APL de Alagoas é desenvolvida por 242 piscicultores, distribuídos em 23 grupos associativos, sendo 04 cooperativas, 03 colônias de pescadores, 15 associações, sendo duas de assentados de reforma agrária e 01 Câmara Setorial que congrega todos os grupos associativos de Sergipe e Alagoas.

Percebeu-se como característica comum a todos os integrantes de associações de criadores de piscicultura, o fato de serem todos agricultores, que vivem na zona rural destes municípios. Alguns criadores são funcionários de usinas, onde os usineiros liberam suas barragens para os funcionários criarem peixes e aumentarem a sua renda, com a criação de Tilápia. As pisciculturas localizadas no APL são, em geral, de pequeno porte, possuindo uma média de 60 tanques-rede e cada piscicultor um tem uma média de 6 tanques-rede, pois cada Associação tem uma média de 10 associados. A renda média obtida por cada integrante das associações de piscicultores gira em torno de R\$ 400,00, por mês.

## **INTEGRANTES DAS ASSOCIAÇÕES DE ARTESANATO – MARECHAL DEODORO – APL DE TURISMO LAGOAS E MARES DO SUL**

No que tange à realidade dos integrantes das associações comunitárias do município de Marechal Deodoro, todos os entrevistados são artesãos e trabalham com a renda filé, que é o símbolo do artesanato deste município. A técnica da renda filé tem origem portuguesa. O trabalho começa em uma malha quadriculada, idêntica a uma rede de pescar. Esticada em um tear e usando uma agulha grossa, a malha é preenchida com linha, formando desenhos. A produção do filé está vinculada à estrutura familiar, o que vem garantindo a transmissão do conhecimento e a manutenção de suas raízes culturais.

Em Marechal Deodoro, percebe-se uma articulação política bem desenvolvida entre os artesãos integrantes das associações, com o fortalecimento do trabalho de grupo desenvolvido desde 2001, marcado pela implantação do Fórum da DLIS. Hoje, está consolidada enquanto Agência de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável da República de Marechal Deodoro, que abriga e acolhe 16 associações, incentivando a elaboração de projetos, participação em editais, adesão de associados, capacitação de pessoas. Está fundamentada através de pressupostos de confiança, força do grupo e busca de inclusão social e melhoria da qualidade de vida da comunidade envolvida. Contudo, esta articulação e envolvimento do grupo ainda não conseguiu se refletir na melhoria da qualidade de vida, nem na melhoria da renda das artesãs, embora várias iniciativas venham sendo realizadas neste sentido, inclusive na participação em vários Editais, pois alguns integrantes de associações em Marechal Deodoro já possuem esta competência e habilidade. Registrou-se, contudo, uma renda média mensal em torno de apenas R\$400,00 para cada artesã, o que torna a vida dessas pessoas difícil.

### **SEÇÃO 4: A POLÍTICA DE ARRANJOS PRODUTIVOS LOCAIS: NA VISÃO DOS INTEGRANTES DAS ASSOCIAÇÕES COMUNITÁRIAS**

Consideram-se importantes as caracterizações históricas das formações sócio políticas para a construção de estratégias de gestão do espaço nos municípios, bem como, na busca do entendimento das comunidades estudadas.

Partindo-se de tal perspectiva, parece-nos pertinente considerar a possibilidade de que a construção de estratégias participativas na elaboração da política de APL tende a refletir a conjuntura sociopolítica e cultural da própria localidade. Ou seja, os sistemas de idéias, saberes,

percepções e de capacidades de inovação construídos pela sociedade local e pretendidos como alicerce para a construção de estratégia de governança dos recursos do território, não estão dissociados das estruturas locais de dominação política e econômica. (MARTINS, 2006:25)

A problematização de tal hipótese exige o confronto dos pressupostos de gestão descentralizada e participativa dos territórios e de seus recursos naturais, com as realidades locais, reprodutoras de relações específicas de dominação no âmbito territorial.

Foucault (2003, p. 15) alerta que o poder não se aplica aos indivíduos, estes passam por ele, numa situação de movimento, em que as relações de domínio produzidas fora de ambientes institucionais relacionam-se com estes ambientes, tornando-os úteis à própria dinâmica sociopolítica local.

A seguir, apresentaremos as percepções e visões dos integrantes dos 2 APLs pesquisados: APL de Piscicultura do Delta do São Francisco e APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul, a respeito da Avaliação da Política dos Arranjos Produtivos Locais no estado de Alagoas. Procuraremos interpretar dois momentos do que chamaremos de dialética do território: primeiramente, trataremos do modo como a participação dos associados nestas estruturas descentralizadas de gestão é concebida por eles e, posteriormente, abordaremos as condições do perfil concreto dessa participação.

A avaliação da Política de Arranjos Produtivos Locais foi analisada a partir das seguintes dimensões:

#### **a) Visão dos Associados a respeito da Política de APL**

Ao se perguntar aos entrevistados acerca do entendimento deles sobre a Política de Arranjos Produtivos Locais, de modo geral, eles não conseguiram definir de modo claro. Contudo, alguns associados ressaltaram a importância da política de editais que, no entendimento deles, veio para beneficiar os que trabalham por conta própria, inclusive os artesãos.

“O que eu entendo é que é um grupo de pessoas que identifica nas comunidades as pessoas que tem a mesma produção. (Integrante de Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita – Marechal Deodoro)

“essa política é o interesse de crescer eu e todo mundo, não é eu crescer sozinho, mas todo mundo crescer” (Integrante de Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita – Marechal Deodoro)

“é para buscar os grupos e trabalhar com eles, com cooperação, acho que é um meio viável, que tem dinheiro do governo federal, estadual,..esse projeto veio para beneficiar os grupos...”(Integrante da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)

“É um melhoramento para as nossas condições, para agente conseguir se desenvolver. (Integrante de Associação – Povoado do Salgado)

“O objetivo é desenvolver é o nosso produto e deixar agente apto a caminhar com a associação.” (Integrante da Associação Mãos Unidas - Marechal Deodoro)

**b) Dimensão Participativa da Política de APL:** em relação à dimensão participativa pode-se observar a existência de opiniões positivas e negativas nos discursos analisados.

Verifica-se nas declarações abaixo uma avaliação positiva acerca do caráter participativo embutido nas políticas de APLs, pois são destacadas a representação e a participação dos atores sociais envolvidos no processo, chegando mesmo a ter papel importante no ajuste das ações.

“a política do APL é participativa, as bases das comunidades foram consultadas e depois o delegado de cada Estado representa cada APL e tem os Congressos, que eles vão. (Integrante da Associação de Piscicultores de São Sebastião)

Por outro lado, existem também colocações que apontam implementação da política de APL como autoritárias “de cima para baixo”, que foi implantada sem considerar as comunidades, como se pode verificar no trecho da entrevista abaixo:

“tem elos do governo que se apoderaram dessa metodologia, mas tem outros que andam por outro lado, em sentido contrário, que não tem visão sobre o processo de associativismo e de discussão em torno das bases.” Tem gente que está no governo trabalhando com a metodologia do APL só que tem pressupostos autoritários e não discute com as bases”. (Integrante da Associação )

No nosso diário de campo registramos o discurso de um gestor de APL que se encontrava na Associação de Agricultores no Município de Delmiro Gouveia, que ressaltou a respeito de programas que fazem parte da política de APLs e que estão sendo implantados de “cima para baixo”, sem ouvir os parceiros e a comunidade. Neste caso, a comunidade, não abraça a ideia.

“Até o nome de APL não foi discutido com as bases, o pequeno produtor tem essa concepção, quando você diz Arranjo, o pequeno produtor acha que Arranjo é gambiarra, é improvisado, o nome Arranjo tem uma conotação muito negativa aqui no Nordeste”. (Gestor de APL)

**c) Dimensão de Geração de Renda da Política de APL:**

As entrevistas abaixo apontaram, de modo geral, que a Política de APL contribui com projetos geradores de renda na comunidade.

“O que eu sei é que esse projeto de APL ajuda a gente...” (Integrante de Associação dos Piscicultores de Palmeira Alta)

“olha, eu sei que este projeto é muito bom pra gente. Tá dando pra gente tirar a nossa renda e achar bom”. (Integrante de Associação dos Piscicultores de Palmeira Alta)

“Olha eu acho que a política de APL contribui porque tá gerando renda. Entraram mais 8 pessoas na Associação e então somos 13 pessoas. A gente tá satisfeito aqui, recebemos agora 68 tanques-redes” (Integrante de Associação de Piscicultores de Palmeira Alta)

“Então, esses projetos vieram para ajudar a fazer com que a gente consiga andar com as nossas próprias pernas. Realmente, foi muito complicado, realmente... não ficar dependendo das pessoas, esses projetos seriam então uma espécie, assim, de ‘abrir portas’ não só para os artesãos, mas para as pessoas que trabalham por conta própria, que não tem patrão.” (Integrante da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro).

As entrevistas indicam uma mudança de mentalidade, da visão clientelista, herdada secularmente, para uma visão das possibilidades da ação cooperativa.

“Eu acho esse projeto muito bom pra gente. A gente tem de onde tirar renda, a gente antes tava ocioso e agora já tem o que fazer e já tá ganhando”. (Integrante de Associação de Piscicultores de Palmeira Alta)

#### **d) Dimensão do papel do Líder da Associação**

O papel das lideranças na disseminação da cultura da participação é evidente nos depoimentos a seguir, de integrantes da Associação de Coruripe, da Associação dos Piscicultores de Salgado e da Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita (Marechal Deodoro), a Associação Mãos Unidas, de Marechal Deodoro.

Observamos que os líderes das Associações em alguns discursos reclamam da participação superficial dos demais integrantes da associação, que assumem um comportamento de clientelismo e acomodação, onde verificamos a predominância na crença de um Estado “resolvidor dos problemas”, que orienta comportamentos e alimenta soluções, assim como converte-se em meio de justificar a existência do conformismo. Percebe-se que os líderes das associações pesquisadas assumem papel de fundamental importância na mudança de mentalidade e na função social de fazer acontecer a Associação. De modo geral, eles possuem uma ideologia socialista e acreditam nos pressupostos do associativismo e na divisão dos ganhos.

“Muitas pessoas ficam esperando que as coisas aconteçam, só que tem o líder, a liderança também deve existir dentro da Associação, a liderança é aquela pessoa que sai para procurar uma capacitação que vai procurar motivar as pessoas, chamar as pessoas a participação, para mostrar a importância daquela pessoa participar.” (Integrante da Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita – Marechal Deodoro)

“geralmente não são todos que correm atrás, só é a minoria que vai atrás, enquanto a maioria fica só esperando.” (Integrante da Associação dos Piscicultores de Traipú)

“se eu desse mole, o pessoal, é mais individualista, mas aí eu não dou moleza, mas eu apostei no povo da associação. Hoje somos 23 pessoas e eu dou duro pra gente trabalhar por todos e não ser individualista”. (Integrante da Associação dos Agricultores do Povoado de Porto da Barra – Delmiro Gouveia)

No discurso do líder de uma Associação de Piscicultura, ele citou a indiferença de alguns membros da associação e a não preocupação em agir sobre algo que diz respeito à comunidade. A partir de um exemplo que aconteceu na Associação de Piscicultores no Povoado de Porto da Barra, no município de Delmiro Gouveia, foi apontada a indiferença de alguns em relação ao problema que afeta a todos, que é a proliferação de uma planta aquática conhecida por ‘baronesa’, que se acumula nas margens do Rio São Francisco, podendo ficar por cima dos tanque-rede, onde a proliferação da planta promove a asfixia dos peixes.

“a gente lutar tanto, tanto por uma coisa e chamar as pessoas para tirar as baronesas para não asfixiar o peixe... e o pessoal não veio.... e porque o pessoal não vai atrás de tirar as baronesas...? Fazem outros trabalhos, ficam na beira do rio e não vieram aqui tirar as baronesas comigo... eu tive que tirar e limpar o rio, tudo sozinho. a minoria veio...” (Integrante da Associação dos Agricultores do Povoado de Porto da Barra-Delmiro Gouveia)

Pode-se concluir, então, a grande importância do líder para a consolidação e articulação do grupo. Contudo, a força do grupo movimentou-se como um pêndulo em duas direções, ora na direção em que “as pessoas ficam esperando que as coisas caiam do céu”, e por outro lado, os discursos apontavam outra direção, apontando uma mudança da mentalidade clientelista, onde foi dito que “a gente precisa começar a andar com as nossas próprias pernas”, inclusive até mesmo em relação ao pagamento de taxas mensais para as Associações. Segundo os próprios integrantes, trata-se de um aprendizado cultural, porque antes se ficava esperando que os políticos dessem “até as linhas para se fazer o filé”

#### **e) Dimensão da Construção Coletiva Política de Arranjo Produtivo Local:**

Os entrevistados possuem consciência da força do grupo, da importância do coletivo, contudo, afirmam que alguns integrantes não participam da construção da Política de APL, nem de modo mais efetivo da própria Associação na qual é integrante, porque não acreditam na participação, nem na construção coletiva de uma Política. Segundo os discursos orais, a causa disso começa no ponto em que eles não tiveram suas reivindicações solicitadas, então parte-se para o descrédito no projeto de construção coletiva.

“metade dos associados participam, a outra metade não participam porque acham que não tem vantagem em participar dos projetos.... se você não participa, você não sabe de nada, você fica sem ter o conhecimento do seu município, da sua comunidade... quem não participa não tem voz”. (Integrantes da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)

“individualmente, a gente não chega a lugar nenhum...a gente tem mais apoio se a gente trabalhar todos juntos” (Integrante da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)

“eu acho que o problema maior, às vezes, é a falta de comunicação, pois, às vezes, o benefício vem para uma associação e as outras associações ficam fora, porque aquela comunicação que vem para aquela Associação do centro de Marechal Deodoro, aí fica uma coisa restrita e a gente fica sem saber o que está acontecendo. (Integrante da Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita – Marechal Deodoro)

“...a gente vê que a comunidade aqui é muito pobre e muito carente e os políticos aqui só vem na hora de pedir voto e depois desaparece”. (Integrante de Associação de Artesãos - Coruripe)

“tem gente que se cansou de acreditar...nos políticos que dizem ‘não’ para os artesãos...” (Integrante da Associação Mãos Unidas- Marechal Deodoro)

“os artesãos, que não tem quase nenhum apoio do Estado.” (Integrante da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)

“as pessoas aqui não acreditam naquilo que os políticos oferecem... os artesãos não têm o apoio dos políticos.” (Integrante da Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro)

#### SEÇÃO 04: ASPECTOS METODOLÓGICOS:

Para compreender os processos sociais envolvidos na reprodução cotidiana da localidade, optamos pela adoção de procedimentos de caráter qualitativo para a pesquisa de campo. Neste caso, abrindo mão do poder de generalidade das técnicas quantitativas de pesquisa social, procuramos destrinchar algumas relações-chave presentes nos modos de reprodução social do espaço em foco, utilizando informações obtidas por meio de coleta de dados orais, entrevistas semi-estruturadas e observações de campo. Desta feita, a precisão da quantidade de informações foi aqui substituída pela seletividade dos atores envolvidos na teia de relações que dinamizam a conformação territorial. Os informantes foram selecionados a partir dos critérios de amostragem de propósito. Esta técnica nos permitiu compor um universo amostral baseado na densidade informacional dos atores locais, ou seja, no tipo de informação que estes poderiam fornecer diante dos propósitos da pesquisa.

A fase de campo desse estudo foi realizada no período entre março e outubro de 2012.

A amostra foi composta de 10 informantes, onde todos afirmaram receber até 2 salários mínimos, considerando o perfil econômico, obtido a partir da rentabilidade dos trabalhos nas respectivas associações. Ao ser analisado o nível educacional destes, foi verificado *in loco* que a quase totalidade dos integrantes das associações possuem o nível fundamental (completo ou

incompleto), sendo observado que apenas 1 estava cursando o ensino médio e nenhum dos integrantes da amostra tinha nível superior.

Os 10 informantes que fizeram parte da amostra, se encontram distribuídos, integrantes de 7 Associações, pertencentes a 2 Arranjos Produtivos Locais: APL de Turismo Lagoas e Mares do Sul e APL de Piscicultura. A amostra da pesquisa foi distribuída em cinco municípios do Estado de Alagoas (1. Marechal Deodoro, 2. Penedo, 3. Traipú, 4. Delmiro Gouveia, 5. Piranhas).

#### Associações Investigadas – Município

- 1) Associação Mãos Unidas – Marechal Deodoro
- 2) Associação das Mulheres Rendeiras da Ilha de Santa Rita
- 3) Associação dos Piscicultores de Palmeira Alta – Penedo
- 4) Associação dos Piscicultores de Traipú – Traipú
- 5) Associação dos Agricultores do Povoado de Porto da Barra - Delmiro Gouveia
- 6) Associação dos Piscicultores de Salgado – Delmiro Gouveia
- 7) Associação dos Artesãos de Couro de Tilápias - Piranhas

A seleção dos cinco municípios deu-se mediante escolha, pelo grande número de Associações e Cooperativas. Trabalhamos com o modelo de entrevista semi-estruturada, a qual consistiu de perguntas definidas, mas abertas, que ao mesmo tempo permitia-nos a introdução de novas questões visando a acompanhar o desenvolvimento ou o aprofundamento do discurso do informante. Por outro lado, o informante, seguindo espontaneamente a linha de seu pensamento e de suas experiências dentro do foco principal colocado pelo investigador, começa a participar na elaboração do conteúdo da pesquisa. Essa flexibilidade, segundo nosso entendimento, possibilitou-nos, entre outras coisas: 1) explorar o universo cultural próprio dos indivíduos em referência às capacidades de verbalizações do grupo ao qual pertence, sem comparação com outros grupos (THIOLLENT, 1987, p. 87); 2) obter do entrevistado os aspectos mais relevantes de determinado problema.

A entrevista semi-estruturada organizada por tópicos temáticos possibilitou-nos, como salientamos, o desenvolvimento de questões espontaneamente introduzidas ou sugeridas pelos informantes, além das respostas às questões estruturadas, ou seja, àquelas apresentadas ao sujeito da mesma forma. Nas entrevistas buscamos desde a caracterização até o aprofundamento dos

aspectos vinculados à problemática participação na política, detendo-nos nas motivações, considerações, causas, etc.

No tocante às transcrições dos relatos orais, procuramos tornar visíveis ao leitor o que QUEIROZ (1983, p. 15) chama de espontaneidade do relato, ou seja, as manifestações não linguísticas do relator, que decorrem de sua própria reflexão, sem influências alheias, como por exemplo as do entrevistador. Deste modo, as citações orais presentes no texto também indicarão eventuais comportamentos espontâneos manifestados pelos informantes quando da coleta de seu relato.

Buscamos evitar a influência de terceiros na relação entrevistador–entrevistado, procuramos, primeiro, não reproduzir na mesma tais mecanismos, e, segundo, estimular o exercício da autonomia pelo menos no que se refere à expressão de ideias, pontos de vista, sentimentos, entendimento acerca da Política de Arranjos Produtivos Locais; opinião em relação a possibilidade dessa política diminuir a pobreza no estado de Alagoas; e seus sentimentos e opiniões em relação a desigualdade social no estado.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A avaliação da Política de Arranjos Produtivos Locais foi o objetivo desta pesquisa e foi verificada sob a perspectiva de cinco categorias analíticas, quais sejam: a) visão dos associados sobre a Política de APL; b) dimensão participativa da Política de APL; c) geração de renda da Política de APL; d) o papel do líder da Associação; e) dimensão da construção coletiva da Política de APL.

De acordo com o discurso dos integrantes das Associações comunitárias investigadas verificou-se que estes possuem consciência da força do grupo, importância do coletivo e capacidade de articulação. Por outro lado, observou-se a existência da indiferença de alguns membros de associações em relação a determinados problemas coletivos. Ficou evidente também a importância do papel dos líderes das Associações na disseminação da cultura da participação e coesão do grupo.

A pesquisa realizada propiciou uma visão geral sobre a avaliação da política de Arranjos Produtivos Locais, na visão dos integrantes das Associações Comunitárias.

Sob o ponto de vista da percepção dos integrantes das Associações a respeito da própria Política de APL, estes atores não conseguiram definir de modo claro o conceito desta política,

contudo, no entendimento deles, ela está baseada em editais e ela veio para beneficiar os que trabalham por conta própria.

Ao se analisar a dimensão participativa da Política de APL, verificou-se que apesar dela ter como pressuposto a construção participativa, houve o caso de uma citação que apontou a implantação de programas de forma autoritária, sem consultar as bases, nem os parceiros, nem a comunidade.

Na dimensão geração de renda, as entrevistas apontaram que a política de APL contribui para a geração de renda na comunidade que eles residem.

Ao se considerar o papel do líder das Associações, percebeu-se a importância deste ator no processo de articulação do grupo, pois estes acreditam nos pressupostos do associativismo e na divisão dos ganhos.

Na dimensão participação dos Associados na Construção da Política dos Arranjos Produtivos Locais, os integrantes das Associações possuem um discurso que conduz em direção à consciência da força do grupo, da importância do coletivo. Paradoxalmente, no entanto, afirmam que não participam porque não acreditam na construção coletiva de uma política. Segundo os discursos orais, a causa disso começa no ponto em que eles não tiveram suas reivindicações atendidas, então parte-se para o descrédito no projeto de construção coletiva.

É importante registrar que a quase totalidade dos integrantes das Associações comunitárias pesquisadas vivem com uma renda em torno de 1 salário mínimo mensal, seja artesão ou piscicultor. Verificou-se um APL de Piscicultura ainda incipiente e, ao mesmo tempo, com grande potencial para se desenvolver, no que tange à sua capacidade de produção, gestão e comercialização de seus produtos. Necessitando melhorar a infraestrutura física e apoio técnico operacional e locacional para as Associações, pois a grande maioria delas está instalada em prédios alugados. Realidade semelhante verifica-se nas Associações Comunitárias dos Artesãos integrantes do APL de Turismo de Lagoas e Mares do Sul, em que todas as associações também estão instaladas em prédios alugados.

Registra-se, desta forma, a grande heterogeneidade existente nos APL de Alagoas e do Brasil. Onde em um mesmo Arranjo Produtivo de Turismo, por exemplo, tem-se integrantes de Associação de Ambulante da Praia do Francês e Associação dos Donos de Hotéis. São realidades distintas e heterogêneas, incomparáveis e com interesses nem sempre convergentes. Sendo assim, difícil a

construção de uma política coletiva, mesmo que estes atores participem, ou seja, “estejam integrados, pelo menos de acordo com a política” em um mesmo Arranjo Produtivo Local.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Lindemberg Medeiros de. Participação sociopolítica no Planejamento Turístico. **Revista Turismo – Visão e Ação**, v. 8. N-1, p. 153-164, jan/abril 2006.

BOBBIO, Noberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**, 5ª. Ed. Tradução de João Ferreira. Brasília: UNB, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. São Paulo: Graal Editora, 2003.

LUSTOSA, Cecília; LAGES, Andre; ARAÚJO, Juliana Sheila; COSTA, Fábio José Castelo Branco. **O Velho Chico e sua nova cadeia produtiva: diagnóstico da piscicultura alagoana**. Maceió: Edufal, 2008.

MARTINS, J. A **Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

QUEIROZ, M. I.P. **Relatos Oraís: do “dizível” ao “indizível”**. In SIMSON, Olga de Moraes Von. Experimentos com Histórias de Vida. São Paulo. Ed. Revista dos Tribunais, 1988.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa Ação**. São Paulo: Cortez, 2010.

URANI, Andre; CROCO, Guisepe; GALVÃO, Alexandre. **Empresários e Empregos nos Novos Territórios: O Caso da Terceira Itália**. São Paulo: Ed. DP&A, 2009.